

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

1 – A EMPRESA

A Casa da Moeda do Brasil – CMB foi criada no dia 08 de março de 1694 para fundir e cunhar o ouro extraído do Brasil durante o período colonial. São mais de três séculos de existência, confundindo-se com a história do país. Iniciou suas atividades em Salvador e, em 1698, foi transferida para o Rio de Janeiro.

É uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de julho de 1973 e do Decreto nº 2.122, de 13 de janeiro de 1997, imune a impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda e os serviços vinculados a sua atividade fim.

Além da exclusividade sobrevida, a CMB produz, em nítido caráter de serviço público, outros produtos de segurança, tais como selos cartários, passaportes, carteiras de trabalho e os selos fiscais (tanto físico quanto digital). Hoje realidade na Casa da Moeda do Brasil, o referido selo surgiu com o advento das Leis nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e nº 11.827 de 20 de novembro de 2008.

Os selos fiscais são utilizados no controle da produção de cigarros e bebidas no interior dos estabelecimentos industriais dos fabricantes em todo o território nacional por meio de dois sistemas informatizados desenvolvidos com a participação da CMB: o SCORPIOS (Lei nº 11.488/2007), destinado ao controle de cigarros, e o SICOBE (Lei nº 11.827/2008), voltado ao controle de bebidas. Ambos os sistemas são compostos por equipamentos contadores de produção, de aparelhos para o controle, registro, gravação e transmissão dos quantitativos medidos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, com o fim de identificar a legítima origem e reprimir a produção e importação ilegais, bem como a comercialização de contrafações.

A administração da Casa da Moeda do Brasil zela por essas atividades, com intensificação da inovação e desenvolvimento de tecnologias próprias. A prospecção de novos produtos, mercados e fornecedores surge com a ênfase na elevação da produtividade, redução e custos e transparência nas suas ações e projetos.

2 - MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

Diante dos desafios de mercado e no atendimento das demandas da sociedade por produtos e serviços de segurança, a Casa da Moeda prima pela qualidade e confiabilidade de seus produtos e serviços, visando sempre o aprimoramento dos já existentes; além da busca contínua de cada vez mais gerar produtos inovadores que atendam aos seus clientes e a sociedade.

No exercício de 2013 foram investidos cerca de R\$ 24 milhões na aquisição de novos equipamentos e R\$ 31 milhões para manutenção e adequação do Parque Fabril, totalizando o montante de R\$ 54,6 milhões pelo regime de competência. No que tange ao regime de caixa, foram desembolsados cerca de R\$ 99,2 milhões em investimentos no exercício 2013.

No Departamento de Cédulas - DECED, com a conclusão da implantação da 3ª nova linha de cédulas, a Casa da Moeda eleva sua capacidade produtiva. O funcionamento desta linha gera uma economia entre 25 e 30% de tinta e velocidade de impressão superior, o que permite à CMB a utilização estratégica desta economia na produção de cédulas para outros países, potencializando a capacidade produtiva da empresa para exportação.

Em 2013, no que tange aos investimentos realizados no Departamento de Moedas e Medalhas - DEMOM – em linha com o Programa de Expansão e Modernização da Medalharia, houve a compra de um Forno de Fundição e Lingotamento Contínuo Horizontal para metais não ferrosos e um Laminador, objetivando a fundição, o lingotamento e laminação de barras de ouro, prata e cobre e suas respectivas ligas. Com essa aquisição a Casa da Moeda eleva seu poder de competitividade, inclusive no mercado externo, na fabricação de moedas especiais e medalhas, além de possibilitar a empresa atender a um aumento de cerca de 100% na demanda por esses produtos em 2014, alavancada pela 'Copa do Mundo 2014' e as 'Olimpíadas 2016', eventos esportivos de grande magnitude.

Outro investimento de destaque no DEMOM foi a instalação de duas Células Automatizadas para Embalagem de Moedas. A medida resultou no aumento da capacidade produtiva de moedas, passando de 1,3 bilhões/ano para 4,0 bilhões/ano, além de proporcionar melhorias das condições operacionais e ergonômicas, contribuindo para a preservação da saúde do trabalhador.

3 - MERCADO EXTERNO

A participação da CMB no mercado externo em 2013 foi marcada com a exportação de aproximadamente 105 milhões de cédulas para a Argentina e o Haiti.

Desse total, foram realizados serviços de impressão de 58,1 milhões de cédulas de \$20 pesos argentinos, gerando uma receita de R\$7,8 milhões.

Em novembro de 2013, foram doadas ao Haiti o total de 47,4 milhões de cédulas de 20 gourdes, moeda local. Esta doação faz parte da ajuda humanitária do Governo Brasileiro ao Haiti, após o terremoto de 2010.

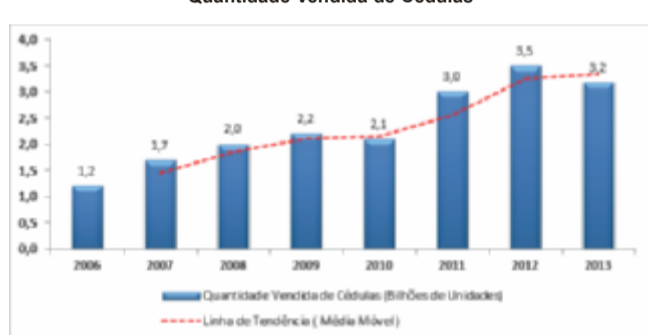
4 – DESEMPENHO OPERACIONAL

O Programa de Produção e Vendas da CMB para o ano de 2013 contemplou, entre outros, os fornecimentos de 3.150.000 milhões de Cédulas e 2.310.128 milhões de Moedas para Banco Central do Brasil – BACEN, bem como de 51.295.471 milhões do Serviço de Rastreamento de Bebidas – Sicobe, e 4.647.392 milhões do Serviço de Rastreamento de Selos de Cigarros – Scorpis para a Secretaria da Receita Federal – SRF, de 2.143 milhões de Passaportes digitalizados para o Departamento de Polícia Federal – DPF e de 690.120 milhões de cédulas para exportação. No conjunto, estes produtos e serviços representam 96,2% da previsão de vendas para 2013.

No contexto operacional, a CMB obteve os seguintes resultados, frente às metas previstas para 2013:

- Na fabricação de cédulas foram produzidas 3,2 bilhões de unidades, alcançando um índice de realização 98,7% em relação ao quantitativo orçado anual (queda de 9,0% em relação ao ano anterior, porém observa-se uma tendência crescente ao longo dos anos).

Quantidade Vendida de Cédulas



- No que tange às moedas nacionais, foram produzidas e vendidas 2,3 bilhões de unidades, que correspondeu a 100% do total orçado para o exercício, volume superior em 91,8% em relação ao ano anterior, representando uma retomada na sua expansão.

Quantidade Vendida de Moedas



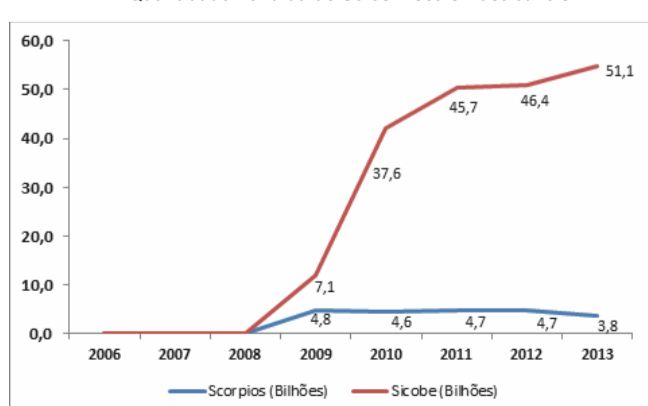
- Na linha de fabricação de passaportes digitalizados, a demanda foi de 2,1 milhões de unidades, que representou uma realização de 98,6% do quantitativo orçado anual, volume superior em 10,5% no comparativo com o ano anterior, caracterizando uma tendência crescente.

Quantidade Vendida de Passaportes



- Na linha de serviço fiscal digital rastreável, como instrumento de controle fiscal, na produção de cigarros (SCORPIOS) foram contados 3.817 milhões de milheiros, 19,1% menor que no ano anterior, acompanhando a demanda decrescente do mercado de cigarros. No controle de produção de bebidas frias (SICOBE), para atender a Receita Federal do Brasil, foram contados 51.157 milhões de milheiros, 10,3% a mais que no exercício de 2012.

Quantidade Vendida de Selos Fiscais Rastreáveis



5 – DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

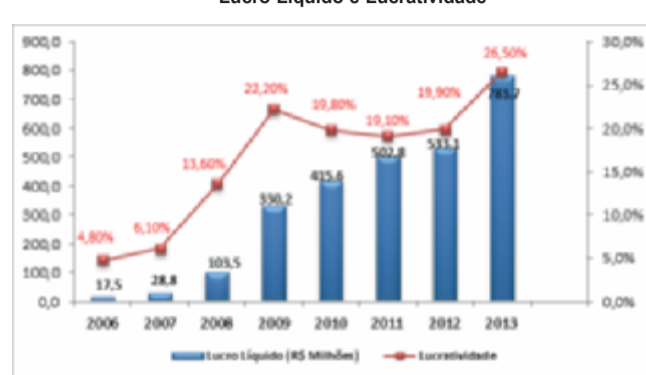
Ao longo dos anos verifica-se um aumento substancial no faturamento bruto proveniente de transformações na carteira de produtos e serviços, com destaque para as linhas de serviços de selos fiscais digitais rastreáveis, caracterizando um novo perfil de negócio da CMB.

Evolução do Faturamento Bruto

Faturamento Bruto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Produtos	368,7	470,1	571,7	861,1	846,1	959,4	970,4	1.290,75
Serviços	23,3	34,9	211,6	673,5	1.387,6	1.797,2	1.756,2	1.693,78
Total	392,0	505,0	783,3	1.534,6	2.233,7	2.756,6	2.726,6	2.984,52

O resultado do exercício de 2013 registra um lucro líquido recorde de R\$ 783,7 milhões (aproximadamente 47,0% maior que o mesmo período do ano anterior), consignando uma lucratividade final de 26,5% (contra 19,9% do mesmo período do ano anterior).

Lucro Líquido e Lucratividade



A rentabilidade do patrimônio líquido médio foi de 49,8% (45,7% no mesmo período do ano anterior) e permanece superior à taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) de rentabilidade para os títulos federais, de 8,2% em 2013.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Médio) e Taxa SELIC (Média)



O faturamento bruto atingiu R\$ 2.984,5 milhões (9,5% maior que o mesmo período do ano anterior), destacando-se as receitas das vendas de R\$ 1.681,7 milhões com os serviços de rastreamentos SICOBE e SCORPIOS (7,3% maior que mesmo período do ano anterior), que passaram a responder por 56,3% dos negócios da empresa (59,2% no mesmo período do ano anterior).

Destacam-se, ainda, as receitas das vendas de R\$ 647,7 milhões com as Cédulas nacionais (27,9% maior que no mesmo período do ano anterior), de R\$ 581,3 milhões com as Moedas nacionais (79,8% maior que no mesmo período do ano anterior), de R\$ 101,5 milhões com Passaportes – DPF (9,2% maior que no mesmo período do ano anterior) e de R\$ 8,8 milhões com as Cédulas estrangeiras (86,4% menor que no ano anterior, principalmente em razão da utilização da capacidade produtiva para produção quase que exclusiva do meio circulante nacional).

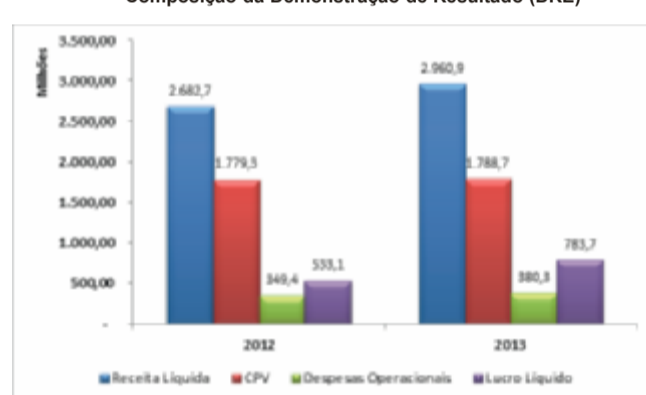
No conjunto, as Cédulas e Moedas nacionais, as Cédulas estrangeiras, os Passaportes – DPF e os Serviços de Rastreamento SICOBE e SCORPIOS respondem por 96,8% do faturamento bruto do período (95,6% no ano anterior).

A Receita Líquida das Vendas de Produtos e Serviços atingiu o montante acumulado até dezembro de R\$ 2.960,9 milhões, o que representa um aumento de 10,4% no comparativo com o mesmo período do ano anterior. Por outro lado, os Custos dos Produtos e Serviços vendidos alcançou R\$ 1.788,7 milhões (aumento de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior), passando a representar 60,4% da receita líquida (66,3% no exercício anterior).

O Lucro Bruto Operacional totalizou R\$ 1.172,1 milhões, consignando um aumento de R\$ 268,7 milhões ou 29,7% maior que comparativamente ao ano anterior.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 380,3 milhões (8,9% maior que no exercício anterior), representando 12,8% da receita líquida do presente exercício (13,0% no exercício anterior).

Composição da Demonstração de Resultado (DRE)



No que tange à capacidade de geração de caixa operacional apurada pelo EBITDA, atingiu-se o montante de R\$ 853 milhões (aumento de R\$ 252,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior), consignando margem de 28,8% em 2013 contra uma margem EBITDA de 22,4% em 2012.

EBITDA e Margem EBITDA



6 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

6.1 - DIVIDENDOS

A Administração da Empresa deverá recolher remuneração sob a forma de dividendos ao Tesouro Nacional no montante de R\$ 284,3 milhões (38,2% do Lucro Líquido do exercício, após a dedução da reserva legal), sendo R\$ 231,1 milhões referentes ao dividendo mínimo e estatutário, acrescido de juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos adicionais propostos na ordem de R\$ 53,2 milhões.

Dividendos à União e Margem de Distribuição



OBS: Os valores dos dividendos não considera acréscimo da atualização da SELIC e a Margem de Distribuição considera lucro líquido após dedução da reserva legal e ajustes de exercícios anteriores.

6.2 – OUTRAS DESTINAÇÕES

Ainda considerando o resultado do exercício de 2013, foram destinados R\$ 39,1 milhões como acréscimo de Reserva Legal (5,0% do Lucro Líquido) e cerca de R\$ 460,1 milhões (61,8% do Lucro Líquido após a dedução da reserva legal) como acréscimo de Reserva para Investimentos.

6.3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da CMB é formada por um Conselho de Administração – CONSAD composto por 05 (cinco) representantes nomeados pelo Ministro de Estado da fazenda, sendo: o Presidente da CMB, um representante do Ministério da Fazenda, um do Banco Central do Brasil – BCB, um do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um dos empregados da CMB, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e do Decreto nº 7.865/2012, que alterou o Decreto nº 2.122/1997, que aprova o Estatuto Social da CMB, bem assim, dos termos constantes da Portaria MP/nº. 026/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

Também compõem a estrutura de Governança a Diretoria Executiva, constituída pelo Presidente da CMB e por 04 (quatro) Diretores nomeados pelo Presidente da República, e o Conselho Fiscal – CONFIS, constituído por 03 (três) representantes efetivos e 03 (três) suplentes nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Nesse contexto, cumpre destacar que a Unidade de Auditoria Interna da empresa está vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração da CMB – CONSAD, de acordo com a legislação pertinente, em especial o Decreto nº 3.591/2000 e a Resolução CGPAR nº 2/2010. A Auditoria Interna é subordinada tecnicamente ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SFC/CGU) e, na estrutura administrativa da CMB, está ligada diretamente à Presidência.

Em 2013, por meio da RSD.PRESI nº. 001/2013, de 01/03/2013, e da aprovação do CONSAD, por ocasião da 193ª Reunião Ordinária, realizada em 21/01/2013, a CMB alterou a estrutura organizacional da Auditoria, com destaque para a criação da Divisão de Auditoria de Governança, Riscos e Controles Internos – DVAG, de modo a fortalecer a atuação daquele Órgão.

Harmonizando com o princípio da melhoria contínua, a CMB processou a desvinculação da Coordenadoria de Correção e Atividade Disciplinar – COAD da estrutura organizacional do Departamento Jurídico – DEJUR, transformando-a em órgão de 2º nível de gestão diretamente vinculado à Presidência da empresa, modificando a nomenclatura para Corregedoria – CORREG e criando a Coordenadoria de Processos e Ações Disciplinadas – COPAD, por meio das Resoluções de Diretoria RSD.PRESI nº002/2013 e nº. 006/2013, com base nos argumentos técnicos elencado nas Notas Técnicas GABIN/PRESI nº. 002/2013 e COAD/PRESI nº. 001/2013.

Em face de tal medida, a CORREG passou a centralizar as atribuições exclusivamente relacionadas à atividade

correcional no âmbito da CMB e a criação da COPAD se efetivou com o intuito de assegurar mais agilidade na solução dos conflitos e propiciar maior segurança no desempenho da atividade reservada à Corregedoria, bem como efetuar o devido acompanhamento das medidas a serem adotadas com base nos relatórios conclusivos emitidos nos processos correcionais.

Cabe destacar a atuação do Departamento de Controle e Conformidade – DEPAAC que, criado em 2012, por meio da RSD.PRESI nº. 004/2012 de 18/04/2012, passou a responder pelas atividades referentes aos controles internos e à mitigação de riscos corporativos por meio da elevação dos padrões de conformidade, criação e disseminação da cultura de controle e compliance na CMB.

No que tange especificamente ao tema gerenciamento de riscos, matéria de extrema relevância, cumpre mencionar que esta foi normalizada a partir da publicação da Política de Gestão Integrada de Riscos, que apresenta as diretrizes para a gestão de riscos, conforme descrita na Norma 4000-NA-1-03.02, aprovada pelo Conselho de Administração na reunião nº 028/13 em 27/09/2013.

Esta política estipula a criação do Comitê de Riscos, composto por 08 (oito) membros - Superintendentes da CMB, e que tem como finalidade avaliar o desempenho da gestão de riscos na empresa e estabelecer diretrizes e prioridades que a organização deve seguir para alcançar seus objetivos.

Cumpre ressaltar que a Casa da Moeda do Brasil economizou em 2013 mais de R\$ 187 milhões com a realização de três licitações para compra dos insumos de cédulas e moedas (papel, tinta e discos). A metodologia usada nas licitações foi o pregão presencial internacional, com margem de preferência para empresas nacionais. A economia da Casa da Moeda começou na licitação de papel, para o período de dois anos, que garantiu uma redução de R\$ 42,2 milhões, cerca de 18,2%. Já na licitação de tintas para cédulas, a economia chegaria a R\$ 38,7 milhões, queda de 23,33 %, frente ao preço anterior. Por último, a licitação de discos para a fabricação de moedas, válida por um ano, que permitiu uma economia de R\$ 106,3 milhões; 28,19% a menos que no valor anterior. As empresas vencedoras foram nacionais e para os prazos de entrega com maior duração, os fornecedores foram internacionais.

Além da mudança de diretriz para o Departamento de Gestão de Contratações e Suprimentos – DEGCS quanto à realização dos processos licitatórios, contribuiu para esse resultado a atuação do Departamento de Pesquisa e Análise de Mercado – DEPAM que, por meio da pesquisa sobre mercados relevantes para os principais insumos da empresa, evidenciou a possibilidade da ampliação da concorrência entre potenciais fornecedores, o que levou a um custo menor de aquisição.

Outro destaque de sucesso do ano de 2013 foi a introdução da metodologia de gestão por metas, iniciativa da Presidência da CMB junto aos dirigentes da empresa, visando à obtenção de resultados com mais eficiência e qualidade dos processos.

7 – GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

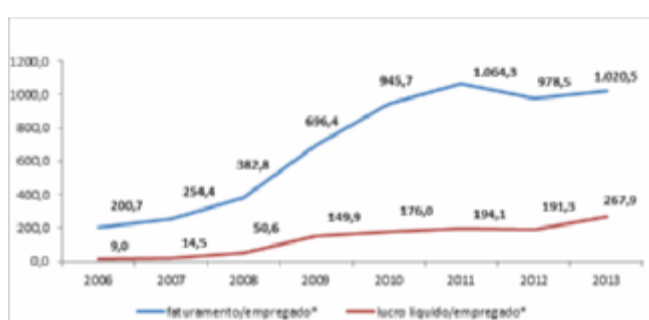
A Gestão Estratégica de Pessoas da CMB no ano de 2013 teve como base a valorização dos empregados da CMB e o investimento em capacitação de forma continuada. Dentro deste cenário de atuação, podemos destacar as seguintes realizações no período:

- Proposta de Revisão do atual Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS da CMB que tem como objetivo implantar uma ferramenta que possibilite melhor gestão dos empregados, tanto no aspecto funcional como salarial, valorizando os mesmos com relação ao mercado de trabalho. A proposta de Novo PCCS foi concluída em dezembro de 2013 e encaminhado aos Órgãos Superiores para avaliação e aprovação.
- Proposta de Plano de Desligamento Voluntário - PDV para a CMB, que visa oportunizar um desligamento programado e com benefício financeiro aos empregados da CMB, buscando a renovação dos quadros de pessoal, sem prejudicar funcionários que deram contribuição valiosa com suas carreiras para a CMB. O PDV está aguardando a aprovação dos Órgãos Superiores.

Evolução da Força de Trabalho

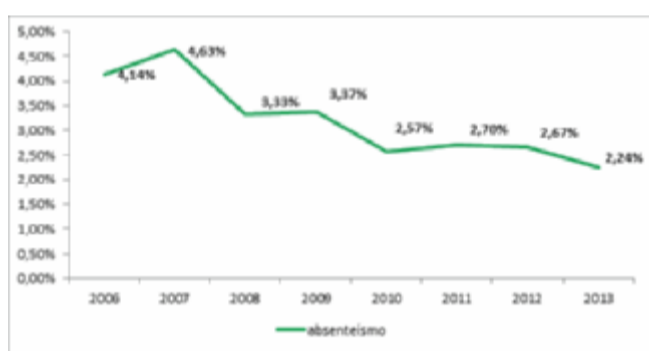
Número de empregados/ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Início do exercício	1.921	1.986	1.984	2.109	2.298	2.426	2.754	2.819
Admissões	136	53	194	268	236	407	155	256
Desligamentos	71	55	69	79	108	79	90	153
Final do exercício	1.986	1.984	2.109	2.298	2.426	2.754	2.819	2.922

Produtividade por Empregado (R\$ Mil/Empregado Ano)



A redução do absenteísmo e o aumento da produtividade por empregado traduz de forma quantitativa o resultado positivo proporcionado por esta gestão estratégica de pessoas, somando-se a um número crescente de admissões que reforçam a estratégia de ter na força de trabalho um diferencial competitivo.

% Absenteísmo 2006-2013



Por fim, a prática de remuneração variável por meio de participação dos empregados e dirigentes nos lucros da Empresa foi continuada. Foram reservados ao final do exercício de 2013, R\$ 70,5 milhões a serem pagos sob a forma de Participação nos Lucros.

8 – DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Tendo como base um legado histórico que em 2014 completará 320 anos de existência, a Administração da CMB realiza anualmente diversas ações de Cidadania Empresarial que vão desde a preservação da memória e valorização do patrimônio histórico nacional, passando pela formação de jovens profissionais e também realizando o patrocínio, via seleção pública, de projetos socioeducativos desenvolvidos nos arredores do Parque Industrial da CMB.

Dentre as ações de Cidadania Empresarial ocorridas em 2013, podemos destacar:

Programa Atitude Cidadã

O programa patrocinou durante 2013, 45 projetos culturais, educacionais e esportivos selecionados pela empresa por meio de um edital de Seleção Pública.

Em 2013, diversas das instituições beneficiadas realizaram apresentações de música, dança, teatro, dentre outros, aos funcionários da CMB no auditório, dentro do Projeto Almoços Culturais.

Projeto Memória

Alinhado às ações para criação do Centro de Documentação e Pesquisa, o Programa tem por objetivo a organização dos acervos materiais e imateriais da CMB, com vista à preservação da memória tricentenária da empresa.

Programa Jovem Aprendiz

Por meio de um convênio com o Instituto Brasileiro Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET), que visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens aprendizes, com formação técnico-profissional de Auxiliar de Serviços Administrativos, a CMB proporciona a diversos jovens uma aprendizagem vivencial, baseada na prática no ambiente de trabalho, sob a supervisão do orientador interno da CMB e uma aprendizagem teórica, ministrado pelo ISBET nas instalações da CMB.

No ano de 2013, 100 (cem) Jovens foram beneficiados pelo Programa, sendo oferecidos os seguintes benefícios: 01 salário mínimo nacional, alimentação, transporte, Assistência Médica e curso de Auxiliar Assistente Administrativo.

Programa Conheça a CMB

O Programa Conheça a CMB é dividido em três módulos, Empresa Família, que atende aos moedeiros e familiares consanguíneos, até seis pessoas por empregado; Empresa Escola, que atende a escolas da rede pública e privada, bem como cursos técnicos e Universidades de todo o país; e o Empresa Cidadão, que atende qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro interessado em visitar a CMB.

O Módulo Empresa Cidadão consiste em visitas guiadas pela empresa por meio de agendamento prévio. O objetivo é possibilitar ao nosso convidado especial, um passeio pelas instalações da CMB conhecendo um pouco mais da nossa história e do funcionamento dos departamentos de cédulas, moedas e gráfica geral. No ano de 2013, este módulo somou a presença de mais de 3.000 visitantes, sendo destaque em jornais e guias turísticos como mais um atrativo diferencial da cidade do Rio de Janeiro.

Museu da Casa da Moeda do Brasil:

A Casa da Moeda, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), do Ministério da Cultura, estabeleceu acordo de cooperação técnica com o Instituto Hebert Levy. Com vasta experiência na área cultural, o instituto desenvolveu o projeto de restauração e adaptação do prédio onde ficará o Museu e Centro Cultural da empresa, na Praça da República, nº 26.

O antigo casarão, que abrigou a primeira sede do Museu Real (atual Museu Nacional) no século XIX e, posteriormente, do Arquivo Nacional, foi transferido à Casa da Moeda em 1986. Por dez anos o imóvel abrigou o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que ali instalou o Departamento Geral de Arquivo e Documentação Histórica e o Museu da Justiça. O prédio ficou sem uso de 1998 até o ano de 2009, quando foram iniciadas as obras de restauro.

Com a construção de seu Museu e Centro Cultural, a Casa da Moeda busca a preservação e o resgate do patrimônio histórico e cultural brasileiro e a democratização do acesso da população à cultura.

Clube da Medalha do Brasil

Criado em 1977, O Clube da Medalha do Brasil no ano de 2013 realizou 9 lançamentos de medalhas comemorativas a saber: 150 anos do Gabinete Português de Leitura da Bahia, 100 anos da Expedição Roosevelt-Rondon, 100 anos do Festival de Parintins, Visita do papa Francisco ao Brasil, 200 anos de Nascimento de Irineu Evangelista – Visconde Mauá, 400 anos do Início das Ações da Força Naval Comando de Jerônimo de Albuquerque, 200 Anos do Teatro João Caetano, 350 Anos dos Correios e 250 Anos do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro.

A Medalha da Visita do Papa Francisco ao Brasil representou uma nova estratégia de lançamento e vendas para a CMB. Com uma tiragem recorde, foram 7.000 de bronze, 2.950 de prata e 50 de ouro. A repercussão e sucesso de vendas levaram o Clube da Medalha e o Departamento Comercial a vislumbrar um novo avanço nesse nicho de mercado para as medalhas fabricadas na CMB.

9 – SUSTENTABILIDADE

A Casa da Moeda do Brasil está empenhada em aperfeiçoar suas atividades por meio de iniciativas sustentáveis em prol de um futuro ambientalmente mais equilibrado. A partir da definição de suas diretrizes ambientais, a empresa intensificou ações de responsabilidade com o meio ambiente agindo sobre a otimização de seus processos e investindo em inovações tecnológicas.

É parte integrante desse compromisso, o desenvolvimento de projetos e programas ambientais que visam à redução contínua dos impactos ambientais causado por suas atividades.

Abaixo, seguem algumas das ações que exemplificam o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável.

- Redução e Reuso da Água

O manejo consciente dos recursos naturais é fundamental para garantir qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, desta forma a CMB vêm desenvolvendo projetos que visam à redução do consumo de água, através do uso de tecnologias mais limpas.

Um dos grandes investimentos da empresa foi a aquisição de um sistema de reaproveitamento da solução de limpeza utilizada nos seus processos gráficos.

Esta solução é composta principalmente de água e tem como função remover o excesso de tinta deixado nos cilindros das máquinas entintadoras e assim garantir a qualidade do impresso.

Inaugurado em Abril de 2013, o sistema entrou em operação com uma redução de cerca de 90% do consumo de água proveniente da rede pública de abastecimento, atingindo um reaproveitamento de 80.000 litros por dia.

A partir da implantação desse sistema, a CMB passou a reduzir a quantidade de resíduos sólidos gerados no processo de tratamento de efluentes e, conseqüentemente, a redução do envio deste tipo de resíduo aos aterros industriais, o que demonstra o alinhamento da empresa com as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Este projeto garantiu a empresa a 17ª posição no 11º prêmio Benchmarking Brasil, um programa de incentivo à sustentabilidade que reconhece as empresas com as melhores práticas socioambientais do país.

Além das ações realizadas, encontra-se em desenvolvimento um novo sistema de tratamento de efluentes sanitários que contempla o reuso de água tratada que em banheiros, regas de jardins e outros fins menos restritivos, reduzindo os gastos com água proveniente da rede pública de abastecimento. Tal sistema terá capacidade de armazenamento de até 1.110.000 litros de água tratada para reuso e representará um expressivo ganho ambiental para a empresa.

- Programa Carbono Zero

Com o objetivo de colaborar com ações nacionais para auxiliar na redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), e aderir à Política Estadual de Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável instituída pela Lei nº 5690/10, a CMB assinou em março de 2013 - com o testemunho do Sr. Carlos Minc, Secretário do Ambiente do Estado Rio de Janeiro - um termo de compromisso para neutralizar integralmente suas emissões até as Olimpíadas de 2016.

Nesse sentido, a CMB obteve em 2013 o seu primeiro Inventário de Gases de Efeito Estufa (anos base 2011 e 2012) para avaliar o perfil das atividades da empresa.

Em paralelo, e com a intenção de antecipar parcialmente a compensação das emissões, a empresa elaborou um plano de reflorestamento para promover o plantio de 205.051 mudas na reserva biológica União, a ser iniciado a partir de 2014.

- Programa de Coleta Seletiva Solidária

O Programa de Coleta Seletiva Solidária, instituído desde 2012, ganhou força esse ano com o cadastramento de um número maior de cooperativas. O programa vem sendo reestruturado de maneira a viabilizar a cada vez mais a separação dos resíduos recicláveis descartados e a sua destinação às associações de catadores.

O resultado deste trabalho está permitindo a geração renda para aqueles que atuam como agentes de transformação ambiental. Além disso, a prática de reciclar resíduos proporciona ganhos significativos no que se refere à redução da exploração de recursos naturais.

Somente com o envio de resíduos de papel em 2013, a CMB encaminhou aproximadamente 14 toneladas de papel de escritório às associações de catadores de material reciclável.

Todas essas medidas estão inseridas no planejamento estratégico da Casa da Moeda e evidencia o comprometimento da empresa em ações na construção de um futuro ambientalmente mais equilibrado.

**BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2013
(EM REAIS)**

A T I V O		31.12.2013	31.12.2012	P A S S I V O		31.12.2013	31.12.2012
CIRCULANTE	NOTA	1.058.132.154,00	678.547.118,15	CIRCULANTE	NOTA	903.913.929,71	861.684.496,61
DISPONÍVEL		395.847.151,00	176.458.915,91	FORNECEDORES	(7.1)	393.872.788,02	386.786.006,39
BANCOS CONTA MOVIMENTO		212.201.980,52	148.600.130,26	EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.831.025,85	8.029.041,86
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(4.1)	183.645.170,48	27.858.785,65	DIVIDENDOS A PAGAR MÍNIMO LEGAL		186.114.625,56	126.605.678,78
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		446.264.615,39	258.318.132,23	PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		70.527.647,58	47.841.863,55
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(4.2)	161.144.723,18	38.846.307,50	REMUNERAÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL DOS DIRIGENTES		540.711,97	366.787,62
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(4.3)	164.364.612,28	147.021.760,47	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		7.372.484,57	4.802.736,84
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	(4.4)	7.196.346,08	3.846.307,16	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(17)	54.904.600,00	249.543.020,54
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(4.5)	109.849.325,69	63.704.276,91	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA DA CMB	(16)	4.816.366,89	4.280.741,62
OUTROS VALORES A RECEBER	(4.6)	3.709.608,16	4.899.480,19	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		143.397.804,71	1.439.955,58
ESTOQUES	(4.7)	210.938.467,21	235.694.557,20	PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	(7.2)	31.534.301,15	30.011.401,92
PRODUTOS ACABADOS		31.048.819,79	42.739.125,83	OUTRAS OBRIGAÇÕES		2.001.573,41	1.977.261,91
PRODUTOS EM PROCESSO		23.196.188,38	33.886.521,20				
MATÉRIA-PRIMA		129.777.771,49	137.325.377,97				
ALMOXARIFADO		17.829.114,14	19.975.407,16				
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		9.086.573,41	1.768.125,04				
DESPESAS ANTECIPADAS	(4.8)	5.081.920,40	8.075.512,81				
NÃO CIRCULANTE	NOTA	1.772.703.559,75	1.584.064.805,89	NÃO CIRCULANTE	NOTA	111.453.804,81	30.655.364,91
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		872.244.883,75	677.277.614,14	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(16)	107.816.128,96	25.737.218,05
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	3.005.674,23	10.898.705,36	PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(8.1)	3.637.675,85	4.918.146,86
(-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(5.4.1)	(1.227.676,81)	(2.623.238,06)				
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	130.671.767,12	125.976.436,51				
(-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(5.4.2)	(11.199.574,93)	(8.899.670,27)				
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(5.5)	698.074.679,50	500.922.861,67				
CRÉDITOS A RECEBER	(5.6)	36.988.988,79	36.975.338,79				
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(5.7)	13.229.334,61	10.383.271,42				
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(5.8)	2.507.902,18	2.507.902,18				
(-) PROVISÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS	(5.8)	(1.527.339,15)	(1.539.476,03)				
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.9)	1.721.128,21	2.675.482,57				
INVESTIMENTOS		1.942,35	1.351,87	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	1.815.467.979,23	1.370.272.062,52
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS	(6.1)	1.669.906,59	1.669.906,59	CAPITAL SOCIAL	(10)	963.801.199,07	963.801.199,07
(-) PROV. P/PERDA DE INVEST. POR INCENT. FISCAIS	(6.1)	(1.667.964,24)	(1.668.554,72)	RESERVAS DE LUCRO		753.398.257,87	339.623.065,05
IMOBILIZADO TÉCNICO	(6.2)	889.320.956,41	896.476.081,38	RESERVA LEGAL		65.835.853,54	26.653.827,11
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.139.612.664,22	880.302.918,07	RESERVA PARA INVESTIMENTOS	(11.1.1)	773.044.592,33	312.969.237,94
(-) DEPRECIAÇÕES		(519.949.876,39)	(463.488.838,90)	DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA		(85.482.188,00)	0,00
(-) RED. AO VR. RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	(6.3)	(417.641,07)	(273.289,39)	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		98.268.522,29	66.847.798,40
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO		11.085.461,07	17.720.850,27				
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		258.990.348,58	462.214.441,33				
INTANGÍVEL	(6.4)	11.135.777,24	10.309.758,50				
T O T A L		2.830.835.713,75	2.262.611.924,04	T O T A L		2.830.835.713,75	2.262.611.924,04

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 2013

D E S C R I Ç Ã O	E M R E A I S	
	31.12.2013	31.12.2012
I - FATURAMENTO BRUTO	2.984.524.384,13	2.726.618.103,77
(-) IPI CONTIDO NO FATURAMENTO BRUTO	840.838,83	1.117.703,61
II - RECEITA BRUTA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	2.983.683.545,30	2.725.500.400,16
DEDUÇÕES DAS VENDAS	22.820.706,05	42.805.036,64
(-)IMPOSTO S/CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	2.455.282,91	2.346.184,92
(-)IMPOSTO S/SERVIÇOS	6.908.528,99	22.450.706,39
(-)PASEP S/FATURAMENTO	2.382.351,97	2.479.167,39
(-)COFINS S/FATURAMENTO	10.973.257,59	11.419.195,10
(-)DEVOLUÇÕES DE VENDAS	101.284,59	4.109.782,84
III - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	2.960.862.839,25	2.682.695.363,52
IV - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	1.788.724.579,60	1.779.312.780,38
V - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	1.172.138.259,65	903.382.583,14
VI - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	380.345.507,19	349.399.181,67
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	383.589.057,28	332.168.149,51
DESPESAS COM PESSOAL	256.418.553,86	228.510.823,28
DESPESAS COM MATERIAIS	6.740.317,81	4.465.580,66
DESPESAS COM SERVIÇOS	104.806.365,81	80.897.430,30
DEPRECIações E AMORTIZações	15.623.819,80	18.294.315,27
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	3.564.179,21	7.174.711,83
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - LÍQUIDAS	(6.807.729,30)	10.056.320,33
VII - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	791.792.752,46	553.983.401,47
RESULTADO FINANCEIRO	(8.152.223,79)	(20.906.859,24)
RECEITAS FINANCEIRAS	34.623.309,28	30.366.288,91
DESPESAS FINANCEIRAS	(42.775.533,07)	(51.273.148,15)
VIII - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	783.640.528,67	533.076.542,23

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2013
(E M R E A I S)

D E S C R I Ç Ã O	C A P I T A L	R E S E R V A S D E L U C R O S		D I V I D E N D O A D I C I O N A L P R O P O S T O	L U C R O (P R E J U Í Z O) A C U M U L A D O	T O T A L
		L E G A L	I N V E S T I M E N T O S			
SALDO EM 31/12/2011	490.633.868,50	45.920.718,25	427.246.612,32	0,00	0,00	963.801.199,07
1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	0,00	0,00	0,00	0,00	533.076.542,23	533.076.542,23
2. AUMENTO DE CAPITAL:	473.167.330,57	(45.920.718,25)	(427.246.612,32)	0,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL	45.920.718,25	(45.920.718,25)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	427.246.612,32	0,00	(427.246.612,32)	0,00	0,00	0,00
3. DESTINAÇÃO DO RESULTADO:	0,00	26.653.827,11	312.969.237,94	66.847.798,40	(533.076.542,23)	(126.605.678,78)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	0,00	26.653.827,11	0,00	0,00	(26.653.827,11)	0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	312.969.237,94	0,00	(312.969.237,94)	0,00
DIVIDENDOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	(126.605.678,78)	(126.605.678,78)
DIVIDENDOS ADICIONAL PROPOSTO	0,00	0,00	0,00	66.847.798,40	(66.847.798,40)	0,00
SALDO EM 31/12/2012	963.801.199,07	26.653.827,11	312.969.237,94	66.847.798,40	0,00	1.370.272.062,52
SALDO EM 31/12/2012	963.801.199,07	26.653.827,11	312.969.237,94	66.847.798,40	0,00	1.370.272.062,52
1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	0,00	0,00	0,00	0,00	783.640.528,67	783.640.528,67
2. DESTINAÇÃO DO RESULTADO:	0,00	39.182.026,43	460.075.354,39	98.268.522,29	(783.640.528,67)	(186.114.625,56)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	0,00	39.182.026,43	0,00	0,00	(39.182.026,43)	0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	460.075.354,39	0,00	(460.075.354,39)	0,00
DIVIDENDOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	(186.114.625,56)	(186.114.625,56)
DIVIDENDOS ADICIONAL PROPOSTO	0,00	0,00	0,00	98.268.522,29	(98.268.522,29)	0,00
3. DIVIDENDOS ADICIONAL PROPOSTO PAGOS EM 2013	0,00	0,00	0,00	(66.847.798,40)	0,00	(66.847.798,40)
4. DEFICIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA	0,00	0,00	(85.482.188,00)	0,00	0,00	(85.482.188,00)
SALDO EM 31/12/2013	963.801.199,07	65.835.853,54	687.562.404,33	98.268.522,29	0,00	1.815.467.979,23

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO DE 2013
(E M R E A I S)

D E S C R I Ç Ã O	M É T O D O I N D I R E T O	
	31.12.2013	31.12.2012 RECLASSIFICADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	783.640.528,67	533.076.542,23
<u>AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:</u>		
DESPESAS FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO	1.030.657,21	1.335.671,44
PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	904.343,41	11.522.908,33
PROVISÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	(12.727,36)	642.071,96
DEPRECIACIÓN E AMORTIZACIÓN	61.264.514,34	46.112.693,25
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	144.351,68	273.289,39
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(1.280.471,01)	(2.368.323,50)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	845.691.196,94	590.594.853,10
AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS:		
AUMENTO EM CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(114.405.384,55)	(2.080.120,73)
AUMENTO EM SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(22.038.182,42)	(26.448.255,60)
AUMENTO EM ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	(3.350.038,92)	(156.292,02)
AUMENTO EM IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(243.296.866,61)	(213.498.492,12)
AUMENTO EM DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(2.846.063,19)	(3.220.997,72)
REDUÇÃO/AUMENTO EM OUTROS CRÉDITOS	1.176.222,03	(799.465,57)
REDUÇÃO/AUMENTO EM ESTOQUES	24.756.089,99	(55.242.506,58)
REDUÇÃO/AUMENTO EM DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2.993.592,41	(7.987.719,15)
TOTAL: AUMENTO NOS ATIVOS	(357.010.631,26)	(309.433.849,49)
AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS:		
AUMENTO/REDUÇÃO EM FORNECEDORES	7.086.781,63	(12.505.107,69)
AUMENTO EM EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS	801.983,99	1.237.341,72
REDUÇÃO EM DIVIDENDOS A PAGAR	(7.338.851,62)	(54.901.760,14)
AUMENTO EM PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	22.859.708,38	2.957.489,11
AUMENTO/REDUÇÃO EM IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2.569.747,73	(2.721.629,14)
AUMENTO/REDUÇÃO EM OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	81.583.878,97	(3.480.155,46)
REDUÇÃO EM PROVISÕES P/I.R.P.J E P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	(7.793.001,22)
AUMENTO EM PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS	1.522.899,23	5.906.419,26
AUMENTO/REDUÇÃO EM ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	141.957.849,13	(9.185.917,58)
AUMENTO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.311,50	159.056,39
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS	251.068.308,94	(80.327.264,75)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	739.748.874,62	200.833.738,86
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
REDUÇÃO/AUMENTO EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	954.354,36	(107.308,62)
AUMENTO EM INVESTIMENTO DE IMOBILIZADO	(55.079.759,79)	(235.750.680,83)
REDUÇÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA)	(85.482.188,00)	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(139.607.593,43)	(235.857.989,45)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
DIVIDENDOS A PAGAR	(186.114.625,56)	(126.605.678,78)
REDUÇÃO/AUMENTO EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO	(194.638.420,54)	171.693.760,26
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(380.753.046,10)	45.088.081,48
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	219.388.235,09	10.063.830,89

D E M O N S T R A Ç Ã O D A V A R I A Ç Ã O D O C A I X A		
DESCRIÇÃO	R \$	
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	176.458.915,91	166.395.085,02
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	395.847.151,00	176.458.915,91
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	219.388.235,09	10.063.830,89

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado, com o objetivo de mensurar o valor da contribuição da Empresa para geração da Riqueza Nacional, e explicitar a distribuição para a sociedade na forma de Remuneração do Trabalho, Governo e Acionista.

Em R\$

DESCRIÇÃO	2013	2012
1 - RECEITAS	2.984.423.099,54	2.722.508.320,93
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.984.524.384,13	2.726.618.103,77
1.2) Outras Receitas	0,00	0,00
1.3) Devolução de Vendas	(101.284,59)	(4.109.782,84)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	1.641.542.309,74	1.654.024.978,10
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.577.904.777,23	1.581.219.839,61
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	63.637.532,51	72.805.138,49
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.342.880.789,80	1.068.483.342,83
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	61.264.514,34	46.112.693,25
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	1.281.616.275,46	1.022.370.649,58
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	34.623.309,28	30.366.288,91
6.1) Receitas financeiras	34.508.656,62	30.248.298,76
6.2) Dividendos	114.652,66	117.990,15
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	1.316.239.584,74	1.052.736.938,49
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.316.239.584,74	1.052.736.938,49
8.1) Pessoal	396.878.961,60	352.911.265,31
8.1.1 - Remuneração direta	282.069.537,05	253.577.418,65
8.1.2 - Benefícios	97.949.392,92	82.799.215,92
8.1.3 - F.G.T.S.	16.860.031,63	16.534.630,74
8.2) Impostos, taxas e contribuições	89.706.935,48	111.710.154,06
8.2.1 - Federais	78.524.471,02	85.351.774,54
8.2.2 - Estaduais	2.821.689,55	2.540.126,73
8.2.3 - Municipais	8.360.774,91	23.818.252,79
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	46.013.158,99	55.038.976,89
8.3.1 - Juros	42.775.533,07	51.273.148,15
8.3.2 - Aluguéis	3.237.625,92	3.765.828,74
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	783.640.528,67	533.076.542,23
8.4.1 - Dividendos	284.383.147,85	193.453.477,18
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	499.257.380,82	339.623.065,05

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO DE 2013**

DESCRIBÇÃO	EM REAIS	
	31.12.2013	31.12.2012
I - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	783.640.528,67	533.076.542,23
(-) Deficit Atuarial de Previdência Privada	(85.482.188,00)	0,00
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	698.158.340,67	533.076.542,23

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2013**
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa da Moeda do Brasil – CMB é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União, com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23565-200, possuindo como atividade principal em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda, moeda metálica e a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e compreendem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Os Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

b) As Aplicações Financeiras estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2013 com apropriação dos tributos incidentes sobre as aplicações.

c) Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

d) Os Investimentos Temporários estão avaliados pelo custo de aquisição e/ou cotação de mercado, se esta for menor.

e) Os Investimentos e o Imobilizado estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção.

f) A Depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos bens.

g) A forma de tributação, base para constituição da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, é a do Lucro Real Anual conforme legislação em vigor.

NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE

4.1 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado.

4.2– CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Clientes	A Vencer
Fabricação Exclusiva	137.871.963,97
Diversos	23.272.759,21
Total	161.144.723,18

Esta rubrica registra os faturamentos da CMB efetuados até 31/12/2013 com vencimentos em 2014 e os clientes vencidos até 180 dias.

4.2.1 – UNIÃO TRANSITÓRIA DE EMPRESAS – UTE

A Casa da Moeda do Brasil e a Sociedad Del Estado da Casa da Moneda – CAMOAR, da Argentina formaram uma União Transitória de Empresas – UTE, na Argentina, com o intuito de, exclusivamente, fornecer cédulas ao Cliente Banco Central de la Republica Argentina – BRCA.

Na UTE, as empresas associadas não conformam uma nova personalidade jurídica, conforme preceituado pelo artigo 377 da Lei nº 19.550 (Lei de Sociedades Comerciais da República Argentina – LSC). Tal forma de união possui natureza jurídica de contrato empresarial plurilateral associativo, não societário.

Sendo assim, no sentido do enquadramento da UTE, em análise de direito comparado, esta se assemelha ao instituto do consórcio de empresas da lei de sociedades anônimas do ordenamento jurídico brasileiro.

Em relação às cédulas produzidas pela CMB, foram emitidas Notas Fiscais da CMB contra a UTE. Restam pendentes de pagamento parte dos valores das Notas Fiscais números 716, 1145, 1146, 1484, 2395 e 2720. Os pagamentos foram parciais porque parte dos produtos fabricados pela CMB não foram aceitos pela análise crítica feita pelo Cliente.

Os valores correspondentes aos fornecimentos incontroversos foram pagos pelo cliente à UTE, que efetuará a transferência para a CMB em 2014.

VALORES A RECEBER - UTE (31/12/2013)

NOTA FISCAL	NÚMERO INVOICE	DATA INVOICE	FATURAMENTO US\$	PAGAMENTO US\$	SALDO US\$	SALDO R\$
716	38/2011 - AR	20/06/2011	\$106.856,96	\$31.616,26	\$75.240,70	R\$ 120.452,84
722	39/2011 - AR	22/06/2011	\$106.856,96	\$0,00	\$106.856,96	R\$ 169.902,57
1145	50/2011 - AR	14/10/2011	\$117.719,75	\$105.279,58	\$12.440,17	R\$ 22.950,87
1146	51/2011 - AR	07/11/2011	\$2.123.782,08	\$1.859.590,08	\$264.192,00	R\$ 462.600,19
1484	06/2012 - AR	04/06/2012	\$3.635.044,80	\$2.371.947,20	\$1.263.097,60	R\$ 2.577.224,34
2395	01/2013 - AR	17/05/2013	\$501.811,20	\$0,00	\$501.811,20	R\$ 1.020.081,81
2720	06/2013 - AR	12/12/2013	\$808.473,60	\$0,00	\$808.473,60	R\$ 1.880.186,20
TOTAL			\$7.400.545,35	\$4.368.433,12	\$3.032.112,23	R\$ 6.253.398,82

4.3 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUTADOS A FATURAR

SERVIÇOS EXECUTADOS A VENCER	
Clientes	Leitura a Faturar (Dez/13)
Sicobe	150.005.151,93
Scorpios	14.359.460,35
Total	164.364.612,28

4.3.1 - Os Serviços Executados a Vencer no valor de R\$ 150.005.151,93 (cento e cinquenta milhões, cinco mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e três centavos) e R\$ 14.359.460,35 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos) respectivamente, referem-se à leitura do programa de controle nos Serviços de Rastreamento de Bebidas (SICOBEBE) e nos Serviços de Rastreamento de Selos de Cigarros (SCORPIOS) do mês de dezembro de 2013 realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

CUSTOS INCORRIDOS SOBRE SERVIÇOS EXECUTADOS A VENCER	
Custos	Leitura a Faturar (Dez/13)
Sicobe	105.003.606,35
Scorpios	10.579.379,03
Total	115.582.985,38

4.3.2 - Os Custos Incorridos sobre os Serviços Executados a Vencer no valor de R\$ 105.003.606,35 (cento e cinco milhões, três mil, seiscentos e seis reais e trinta e cinco centavos) e R\$ 10.579.379,03 (dez milhões, quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e três centavos) respectivamente, referem-se à leitura do programa de controle nos Serviços de Rastreamento de Bebidas (SICOBEBE) e nos Serviços de Rastreamento de Selos de Cigarros (SCORPIOS) do mês de dezembro de 2013 realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

4.3.3 - Imposto Sobre Serviço- ISS do SCORPIOS e SICOBEBE - A Diretoria Executiva da CMB através da 46ª RD de 05/12/2012 aprovou a modificação do posicionamento da CMB sobre o recolhimento do ISS concernente às atividades

relacionadas ao SICOBEBE e ao SCORPIOS, visando à autorização para manejo de medidas voltadas ao reconhecimento da imunidade tributária em relação a essas atividades por força da norma constitucional estampada no artigo 150, VI, a, da CF/88 e à restituição do indébito do referido tributo recolhido no último quinquênio.

4.4 - ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O valor de R\$ 7.196.346,08 (sete milhões, cento e noventa e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e oito centavos) registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/43 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

4.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Impostos e Contribuições	Valor
ICMS A COMPENSAR	3.112.917,21
IPI A COMPENSAR	6.263.555,87
IRPJ A COMPENSAR - ANTECIPAÇÃO	17.801.925,61
IRPJ A RECUPERAR	28.875.331,22
CSLL A RECUPERAR	4.780.235,99
IRRF A COMPENSAR - Retenção Órgãos Públicos	20.233.813,11
CSLL A COMPENSAR - Retenção Órgãos Públicos	13.829.973,80
CSLL A RECUPERAR	14.780.211,25
ISS A COMPENSAR	91.847,37
OUTROS TRIBUTOS	79.514,26
Total	109.849.325,69

Os valores do Imposto de Renda e da Contribuição Social são créditos tributários acumulados, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic provenientes de DIPJS anuais. Os saldos credores apurados são decorrentes do aproveitamento nas declarações – das retenções tributárias dos Clientes de vendas com exclusividade (BACEN, RFB e ECT) na liquidação de suas respectivas faturas.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT e RFB está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895 de 1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009. A CMB irá protocolar junto à Superintendência da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro o pedido de compensação da totalidade dos respectivos valores, com base no Parecer da PGFN retro mencionado, seguindo a instrução normativa da Receita Federal do Brasil.

4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALOR
INSS - Convênios Assist. Social	16.762,81
Cauções em garantia	1.346.964,60
Crédito Pessoal Cedido	2.070.721,40
Outros	275.159,35
Total	3.709.608,16

O saldo da Conta de Crédito Pessoal Cedido corresponde a valores a serem ressarcidos pelos Órgãos abaixo mencionados referentes às remunerações de empregados da CMB, cedidos a tais Órgãos. Cabe ressaltar que tais empregados são os que retornaram à CMB, conforme anistia reconhecida pela Lei nº 8.878, de 11 maio de 1994, e cuja cessão é amparada pela Orientação Normativa MPOG/RH, de 09 de julho de 2008. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, inclusive através de conciliação na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, bem como através de Ações Judiciais.

CRÉDITO PESSOAL CEDIDO	VALOR	PERCENTUAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	472.767,99	22,83%
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	461.425,76	22,28%
Instituto Federal de Educação Ciência e Tec. do Rio de Janeiro	407.719,22	19,69%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	345.227,06	16,67%
Coord. Geral de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho	205.497,10	9,92%
Coord. Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	54.575,04	2,64%
Fundação IBGE - Administração Central / RJ	54.566,45	2,64%
Cifrao Fundação de Previdência da Casa da Moeda	30.911,98	1,49%
Universidade Federal Fluminense	23.961,08	1,16%
Defensoria Pública da União	14.069,72	0,68%
Total	2.070.721,40	100,00%

4.7 – ESTOQUES

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos (contagem cíclica). Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício. Em observância às Normas Internacionais, o valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição atual. Os estoques foram mensurados pelo valor do custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

ESTOQUES	2013	2012
PRODUTOS ACABADOS	31.048.819,79	42.739.125,83
PRODUTOS EM PROCESSO	23.196.188,38	33.886.521,20
MATÉRIA-PRIMA	129.777.771,49	137.325.377,97
ALMOXARIFADO	19.829.114,14	19.975.407,16
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	9.086.573,41	1.768.125,04
Total	210.938.467,21	235.694.557,20

4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS

DESPESAS ANTECIPADAS	VALOR
Despesas Financeiras a Diferir	4.904.600,00
Seguros de Riscos a Diferir	131.877,90
Seguro Garantia a Diferir	45.442,50
SALDO FINAL	5.081.920,40

Dentre as Despesas Antecipadas, o valor mais relevante refere-se a Despesas Financeiras a Diferir sobre o Empréstimo contratado junto ao Banco do Brasil citando na nota 17.

NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Clientes	Vencidos
Clientes a Longo Prazo	3.005.674,23
Total	3.005.674,23

Do montante de R\$ 3.005.674,23 (três milhões, cinco mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte três centavos) já vencidos, segue o detalhamento abaixo da carteira de clientes:

CLIENTES A LONGO PRAZO	VALOR	PERCENTUAL
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.111.676,16	36,99%
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	615.239,50	20,47%
Coord. Geral de Planejamento e Integração Consular do Ministério das Relações Exteriores	489.059,20	16,27%
Coordenação Geral de Logística do Ministério da Justiça	450.450,00	14,99%
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	194.981,09	6,49%
Coordenação de Administração do Fundo de Polícia Federal	70.509,92	2,35%
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	31.415,42	1,05%
Telefônica Brasil AS	17.566,00	0,58%
UEI Telecomunicações Ltda	14.560,00	0,48%
Nextel Telecomunicações Ltda	9.193,94	0,31%
Conselho Federal de Contabilidade	1.023,00	0,03%
Total	3.005.674,23	100,00%

5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR

SERVIÇOS EXECUTADOS VENCIDOS	
Cientes	Valores em cobrança
Sicobe (2009 a agosto/2013)	122.575.051,83
Scorpios (2008 a 2013)	8.096.715,29
Total	130.671.767,12

5.2.1 - Os Serviços Executados Vencidos no valor de R\$ 122.575.051,83 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, cinquenta e um reais e oitenta e três centavos), do período de 2009 a agosto de 2013 e R\$ 8.096.715,29 (oito milhões, noventa e seis mil, setecentos e quinze mil, vinte e nove centavos) do período de 2008 a 2013, respectivamente, referem-se à leitura do programa de controle nos Serviços de Rastreamento de Bebidas (SICOBEB) e nos Serviços de Rastreamento de Selos de Cigarros (SCORPIOS), realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

Com base na Instrução Normativa nº 1390/2013 que altera a Instrução Normativa nº 869/2008 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o não pagamento dos serviços executados, por três meses consecutivos ou alternados, deve ser comunicado à Delegacia da RFB para que o envasador seja colocado na condição de anormalidade. Nessa condição os envasadores ficam sem os serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos de controle/contagem, até que sanem o débito. A CMB tem enviado as comunicações aos Delegados da RFB.

CUSTOS INCORRIDOS SOBRE SERVIÇOS EXECUTADOS VENCIDOS	
Custos	Valores em cobrança
Sicobe (2009 a agosto/2013)	85.802.536,28
Scorpios (2008 a 2013)	5.965.659,83
Total	91.768.196,11

5.2.2 - Os Custos Incorridos sobre os Serviços Executados Vencidos no valor de R\$ 85.802.536,28 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e dois mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos), do período de 2009 a agosto de 2013 e R\$ 5.965.659,83 (cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove mil e oitenta e três centavos) do período de 2008 a 2013 respectivamente, referem-se à leitura do programa de controle nos Serviços de Rastreamento de Bebidas (SICOBEB) e nos Serviços de Rastreamento de Selos de Cigarros (SCORPIOS), realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

5.3 – EFEITO CREDOR NO RESULTADO DE AJUSTE DO PROGRAMA SCORPIOS E SICOBEB

O efeito credor de R\$ 11.199.574,93 (onze milhões, cento e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos) deu-se em função do ajuste dos valores do programa Sicobe e Scorpios de fabricantes de bebidas e cigarros em atraso, que trazidos a valores de 2013 e comparados à posição de 2012, demonstram, conforme quadro abaixo, o seguinte ajuste:

Programa Sicobe	31/12/2012	31/12/2013	Efeito
Contas a Receber	118.390.021,38	122.575.051,83	4.185.030,45
Custos a Pagar - SICPA	92.658.493,23	85.802.536,28	6.855.956,95
Ajuste Credor no Resultado de 2013 - Programa Sicobe			11.040.987,40
Programa Scorpios	31/12/2012	31/12/2013	Efeito
Contas a Receber	7.586.415,13	8.096.715,29	510.300,16
Ajuste Credor no Resultado de 2013 - Programa Scorpios			510.300,16
Programa Scorpios	31/12/2012	31/12/2013	Efeito
Custos a Pagar - SICPA	5.613.947,20	5.965.659,83	(351.712,63)
Ajuste Devedor no Resultado de 2013 - Programa Scorpios			(351.712,63)
Ajuste Credor no Resultado - 2013			11.199.574,93

A partir de outubro de 2013, por força da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.390/2013, a Casa da Moeda do Brasil – CMB – passou a cobrar através de emissão de Nota Fiscal Fatura, os serviços de Selos Rastreáveis relacionados ao Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) diretamente das Envasadoras de Bebidas.

5.4 – PROVISÃO PARA PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída para valores de clientes comerciais em atraso de mais de 180 (cento e oitenta) dias e dos Serviços Executados a Faturar do SCORPIOS e do SICOBEB, ambas totalizam R\$ 12.427.251,74 (doze milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos).

5.4.1 – Clientes Comerciais – foi constituída a Provisão de Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 1.227.676,81 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), provenientes de transações operacionais normais de vendas ou serviços prestados em aberto há mais de 180 dias e que não foram interpostos recursos jurídicos até 31/12/2013.

5.4.2 – Serviços Executados a Faturar do SCORPIOS e do SICOBEB – foi constituída a provisão de R\$ 11.199.574,93 (onze milhões, cento e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos), referente ao saldo dos serviços executados a faturar registrados pelo relatório de acompanhamento de produção, vencidos de 2008 a 2013, menos o correspondente custo apropriado.

5.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Impostos e Contribuições	Valor
IRPJ a RECUPERAR - DIPJ	47.409.941,99
COFINS A COMPENSAR - S/AQUIS. INSUMOS e SERVIÇOS	422.956.197,09
RETENÇÕES PASEP/COFINS - ORGÃOS PÚBLICOS	87.170.392,10
CSLL a RECUPERAR - DIPJ	48.754.605,61
PIS/PASEP A COMPENSAR	91.783.542,71
Total	698.074.679,50

Os valores do Imposto de Renda e da Contribuição Social são créditos tributários acumulados, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic provenientes de DIPJ'S anuais. Os saldos credores apurados são decorrentes do aproveitamento nas declarações, das retenções tributárias dos Clientes de vendas com exclusividade (BACEN, RFB e ECT) na liquidação de suas respectivas faturas. Os créditos do PIS/PASEP e COFINS são provenientes da aquisição de matéria prima e serviços utilizados na fabricação de produtos/serviços com exclusividade conforme legislação vigente.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT e RFB está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895 de 1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, na fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT e RFB. A CMB irá protocolar à Superintendência da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro o pedido de compensação da totalidade dos valores a serem compensados, com base no Parecer da PGFN retro mencionado, seguindo a instrução normativa da Receita Federal do Brasil.

5.6 – CRÉDITOS A RECEBER

O montante de R\$ 36.988.988,79 (trinta e seis milhões, novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), refere-se às Ações Judiciais que o Departamento Jurídico avalia possuírem grande possibilidade de êxito judicial, conforme a seguir:

(I) IPI – R\$12.670.868,09 (doze milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos e sessenta e oito reais e nove centavos) referem-se à Ação Judicial ajuizada para revogar as decisões do Auto de Infração movido pela SRFB - MF e de declaração de não incidência sobre a fabricação dos cartões e bilhetes magnetizados; (II) AÇOPLAST - R\$15.397.219,19 (quinze milhões, trezentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e nove centavos); (III) SP TRANSPORTES S/A - R\$4.023.339,92 (quatro milhões, vinte e três mil, trezentos e trinta e nove reais e nove centavos); (IV) MULTY MAKER - R\$ 25.661,07 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e um reais e sete centavos); (V) APOIO ENGENHARIA e COMUNICAÇÕES LTDA - R\$297.835,46 (duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e seis centavos); (VI) DETRAN - RJ - R\$3.982.641,34 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil seiscentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos); (VII) DETRAN – ESPÍRITO SANTO – R\$43.261,08 (quarenta e três mil, duzentos e sessenta e um reais e oito centavos) e (VIII) COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - R\$39.237,54 (trinta e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). (IX) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA – R\$397.775,10 (trezentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais e dez centavos); (X) RFB&B/SAVOYA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - R\$97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais); (XI) EMPRESA BRASILENSE DE TURISMO (sucediada pelo DISTRITO FEDERAL) – R\$ 13.650,00 (treze mil, seiscentos e cinquenta reais). O critério para avaliações dessas ações judiciais estão de acordo com as orientações do CPC 25, classificadas em êxito provável, êxito remoto e êxito possível.

5.7 – DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL

Os valores dos recursos impetrados foram atualizados pelos índices de correção adotados pelos Tribunais, até 31.12.2013

CRÉDITOS	VALOR
Judicial	9.213.900,03
Recursal (atualizado SELIC)	4.015.434,58
Total	13.229.334,61

5.8 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

TÍTULOS		
AÇÕES EMPRESAS FINOR / FINAM	VALOR EM 2013	VALOR EM 2012
AÇÕES - FINOR	2.004.137,94	2.004.137,94
AÇÕES - FINAM	503.764,24	503.764,24
PROVISÃO PARA PERDA	(1.527.339,15)	(1.539.476,03)
TOTAL	980.563,03	968.426,15

Representam ações provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda no valor de R\$2.507.902,18 (dois milhões, quinhentos e sete mil, novecentos e dois reais e dezoito centavos), mantidas em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto no. 1068/94, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

A Provisão para Perda de Investimentos Temporários no valor de R\$ 1.527.339,15 (um milhão, quinhentos e vinte e sete mil, trezentos e trinta e nove reais e quinze centavos) foi constituída para ajustar os valores desses Investimentos ao preço de mercado.

5.9 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

CRÉDITOS	VALOR
Notas do Tesouro Nacional	1.687.015,21
Prêmios de Seguros a Apropriar	34.113,00
Total	1.721.128,21

NOTAS DO TESOURO NACIONAL			
Data Base	Vencimento	Data Atualização	Valor
01/01/2006	01/01/2021	31/12/2013	248.445,87
01/01/2004	01/01/2020	31/12/2013	1.233,45
28/12/2000	28/12/2015	31/12/2013	1.255.078,53
16/06/2000	16/06/2015	31/12/2013	119.950,53
17/11/1999	17/11/2014	31/12/2013	159,56
28/12/1999	28/12/2014	31/12/2013	62.147,27
TOTAL			1.687.015,21

Os créditos relativos às Notas do Tesouro Nacional são corrigidos pela Taxa Referencial – TR – conforme suas datas bases e atribuídos juros de 6% ao ano.

NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.

CERTIFICADO DE INVESTIMENTO FINOR / FINAM	TÍTULOS	
	2013	2012
CI – FINOR	459.504,93	459.504,93
CI – FINAM	1.210.401,66	1.210.401,66
PROVISÃO PARA PERDA	(1.667.964,24)	(1.668.554,72)
TOTAL	1.942,35	1.351,87

6.1 – INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

Representam Certificados de Investimento – CI – provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda no valor de R\$1.669.906,59 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto no. 1068/94, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

O ajuste ao valor de mercado implicou em Provisão para perdas de R\$ 1.667.964,24 (um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

6.2 – IMOBILIZADO TÉCNICO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 27 – Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Depreciação Acumulada, Amortização Acumulada e Ajuste para Perda, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação de venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

6.2.1 - As classes do Ativo Imobilizado foram avaliadas conforme a seguir:

ITENS	2013	2012
Bens e Valores Corrigidos	1.139.612.664,32	880.302.918,07
Edifícios	97.199.990,65	97.199.990,65
Terrenos	3.883.737,89	3.883.737,89
Salas e Escritórios	9.944.004,63	0,00
Instalações	135.923.329,35	131.824.901,21
Coleções e Materiais Bibliográficos	227.181,37	322.972,72
Discotecas e Filmmotecas	301.408,64	301.408,64
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	830.559.183,89	605.167.908,01
Equipamentos de Processamento de Dados	24.023.745,60	22.026.707,08
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	185.975,69	202.436,57
Mobiliário em Geral	20.348.917,92	15.599.556,61
Material de Uso Duradouro	12.802.178,98	0,00
Obras de Artes e Peças para Museu	378.382,16	378.383,58
Veículos Diversos	2.474.898,10	2.035.185,66
Projetos e Softwares	1.359.729,45	1.359.729,45
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão	(520.367.517,56)	(463.488.838,90)
(-) Depreciação	(518.803.196,58)	(462.342.159,09)
(-) Amortização	(1.146.679,91)	(1.146.679,81)
(-) Redução ao Valor Recuperável do Ativo	(417.641,07)	(273.289,39)
Imobilizações em Andamento	11.085.461,07	17.720.850,27
Obras em Andamento	8.814.737,24	931.877,25
Bens Móveis em Almoxarifado	2.270.723,83	16.788.973,02
Importações em Andamento	258.990.348,58	462.214.441,33
TOTAL	889.320.956,41	896.476.081,38

a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foi através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento;

b) o método de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007;

c) as vidas úteis de cada bem e as taxas de depreciação aplicadas foram de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

6.2.2 - O valor contábil bruto e a Depreciação Acumulada (mais as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável) no início e no final do período são:

COMPOSIÇÃO	2013	2012
1 – Saldo Inicial	896.476.081,38	715.095.744,32
2 – Aquisições Exercício	50.550.817,07	223.136.549,24
3 – Baixas Imobilizado	(1.100.552,87)	0,00
4 – Depreciação	(56.461.037,49)	(41.482.922,79)
5 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo	(144.351,68)	(273.289,39)
Saldo Final do Exercício	889.320.956,41	896.476.081,38

6.2.2.1 – Aquisição de Salas Comerciais

A CMB adquiriu, no exercício de 2013, 20 (vinte) salas comerciais localizadas no Edifício Flamengo Park Tower, nº 66, Praia do Flamengo, município do Rio de Janeiro/RJ, no valor total de R\$ 9.944.004,63 (nove milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatro reais e sessenta e três centavos), registradas no 10º ofício de notas "Serviço Notarial/RJ", livro: 6946, folhas 067 e ato: 030 nesta cidade.

6.2.2.2 – Bens Penhorados

O imóvel em que se encontra o Parque Fabril da Casa da Moeda do Brasil, sito à Rua Rene Bittencourt, 371, Santa Cruz, Rio de Janeiro, está penhorado conforme Auto de Penhora, de 04/08/2005, referente ao Processo 2004.51.01.004566-4 e em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 25 – por ser avaliada pelo Departamento Jurídico como um passivo remoto, não houve registro de provisão no Balanço Patrimonial.

6.2.3 - O valor total da depreciação apurada pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007 do exercício de 2013 é de R\$ 60.588.260,09, dividida da seguinte forma:

a) Depreciação utilizada diretamente em custos – R\$ 43.019.547,46 (quarenta e três milhões, dezanove mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

b) Depreciação utilizada na administração e área de apoio – R\$17.568.712,63 (dezessete milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, setecentos e doze reais e sessenta e três centavos).

6.2.4 - Compromissos contratuais dos bens do Ativo Imobilizado.

- O valor dos compromissos contratuais advindos de aquisição de ativos imobilizados para exercícios seguintes é de R\$ 263.822.961,08 (duzentos e sessenta e três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e oito centavos).

6.2.5 - Desenvolvimento dos trabalhos de avaliação da estimativa de vida útil e do valor residual dos bens patrimoniais.

- O trabalho de análise dos bens do Ativo Imobilizado foi elaborado para atendimento à Lei nº 11.638 de dezembro de 2007 e adequação às novas Normas Contábeis emanadas dos Pronunciamentos Técnicos Contábeis - CPC. Nesta ação, foi apurado o Valor Atual Patrimonial em Uso, assim como calculada e determinada a Vida Útil Remanescente para os referidos bens patrimoniais, sendo realizados trabalhos de pesquisa de mercado e cálculos avaliatórios para os mesmos.

6.2.6 - Efeito no resultado do exercício oriundo das mudanças nos valores das depreciações.

- Com o advento da Lei nº 11.638/2007 não foi mais aplicado às taxas de depreciação fiscal no país determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB. A Legislação em vigor iniciou uma nova modalidade de se apurar a depreciação orientando a realizar uma análise criteriosa dos bens da empresa, estimar sua vida útil econômica e seu valor residual. A prática adotada pela RFB ficou restrita apenas para fins de apuração dos impostos, sendo os valores de depreciação controlados em registros auxiliares.

A variação entre a depreciação apurada pela Lei nº 11.638/2007 em relação à depreciação apurada para fins fiscais definido pela RFB provocou o seguinte efeito no resultado do exercício de 2013:

Descrição	Valor
Depreciação Fiscal - RFB	88.243.767,97
Depreciação Lei 11.638/2007	(60.588.260,09)
Resultado	27.655.507,88

6.3 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)

A CMB contratou empresa especializada para efetuar o Teste de Impairment nos bens do

orientações do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 25, em perda provável, perda remota e perda possível. O valor provisionado refere-se apenas às perdas prováveis. Segue abaixo a composição das contingências e os respectivos valores:

8.1.1 – CONTINGÊNCIA TRABALHISTA

Com base na análise dos processos de reclamações trabalhistas em andamento e parecer do Departamento Jurídico como perda provável, efetuou-se uma Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 2.909.314,22 (dois milhões, novecentos e nove mil, trezentos e quatorze reais e vinte e dois centavos).

8.1.2 – CONTINGÊNCIA CÍVEL

Constituiu-se a Provisão de R\$ 728.361,63 (setecentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos) de Demandas Judiciais não Fiscais com base no parecer do Departamento Jurídico que realizou avaliação como perda provável.

8.2 – CONTINGÊNCIA FISCAL

Trata-se de pendências fiscais junto aos órgãos da administração pública municipal e federal, as quais não foram provisionadas pelo fato da CMB considerar que há grandes possibilidades de sucesso judicial, conforme demonstrado a seguir:

- Desde 1991, junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativa à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre produtos que pagam IPI e ICMS, retroagindo ao período prescricional de 05 anos - 1986;
- Desde 1996, junto à Secretária da Receita Federal, relacionada com a incidência do IPI, com alíquota de 15%, sobre o produto "bilhete magnetizado" para transportes públicos.

NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Diretoria Executiva em observância ao disposto nos Incisos III e XIII do art. 13 c/c os arts. 18, I, e 36 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício de 2013 à apreciação e deliberação de aprovação do Conselho de Administração, a saber:

1 - Lucro Líquido do Exercício	783.640.528,67
2 - Reserva Legal Constituída	(39.182.026,43)
3 - Base de Cálculo para os Dividendos (L.L.A)	744.458.502,25
4 - Remuneração a pagar à União (38,2% do L.L.A)	284.383.147,86
4.1 - Dividendo a pagar - Mínimo Legal	186.114.625,56
4.2 - Remuneração Adicional Proposto	98.268.522,30
4.2.1 - Dividendo Adicional	45.010.936,04
4.2.2 - Juros sobre Capital Próprio	53.257.586,26
5 - Reserva para Investimento	460.075.354,39

Na destinação do resultado do exercício, a CMB utilizou adicionalmente o procedimento do Juros sobre Capital Próprio-JCP como forma de distribuição de dividendos, conforme disposto na Lei nº 9.249/95 e suas alterações e Lei nº 11.941/09. O JCP gerou o mesmo efeito, com reflexo adicional pela não constituição da Provisão p/ Imposto de Renda e Provisão p/ Contribuição Social, manifestando diretamente no aumento do resultado do exercício, permitindo maior distribuição de dividendos à União e participação dos empregados no lucro. A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 8.

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

Após aumento do Capital Social realizado em 19 de Dezembro de 2012 por aprovação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda mediante a incorporação de reservas, no montante de R\$473.167.330,57 (quatrocentos e setenta e três milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos) e com base nos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST contidos no Processo nº 10951.001002/2012-72, não houve alteração do mesmo para o ano de 2013, permanecendo o valor de R\$963.801.199,07 (novecentos e sessenta e três milhões, oitocentos e um mil, cento e noventa e nove reais e sete centavos).

NOTA 11 – RESERVAS

11.1 – RESERVA DE LUCRO

11.1.1 – RESERVA PARA INVESTIMENTO

A finalidade da Reserva de Investimento no valor R\$ 460.075.354,39 (quatrocentos e sessenta milhões, setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) é atender aos projetos de modernização do parque industrial, previstos no orçamento de capital aprovado pelos Conselhos de Administração e Fiscal para o exercício de 2014, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

NOTA 12 – MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO DE EMPREGADO

Segundo o Departamento de Gestão de Pessoas que em dezembro de 2013 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 21.701,40 (vinte e um mil, setecentos e um reais e quarenta centavos) e a menor foi de R\$ 1.930,75 (hum mil, novecentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos). A remuneração média dos empregados foi de R\$ 5.365,55 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

NOTA 13 – RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS

A empresa possui sob sua guarda e/ou custódia, metais nobres (Ouro, Platina, Paládio e Prata) de propriedade de terceiros, com registro em contas de compensação.

NOTA 14 – COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da CMB estão segurados por valores suficientes à cobertura de eventuais sinistros, conforme segue:

Modalidade	Ramo	R\$
Imobilizado/Estoque	Incêndio	948.240.000,00
Imobilizado	R. Diversos	40.000.000,00
Operações Parque Industrial	RCG Geral	10.000.000,00
Cobertura para os Veículos	Auto	550.000,00

NOTA 15 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável" e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma preconizada pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

16.1 – Descrição geral das características dos planos de Benefícios

a) Programa Previdenciário

A Casa da Moeda do Brasil – CMB é uma das patrocinadoras da Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil – CIFRÃO, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de caráter previdenciário, instituídos sob legislação específica (Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29.05.2001). Segundo esses normativos, as entidades fechadas de previdência complementar são constituídas sob contribuições de empregados e empregadores, com regulamentação própria e geridos de forma independente.

Atualmente, a entidade administra dois planos de benefícios: o Plano de Benefício Definido Cifirão – PBDC e o plano MoedaPrev, instituído na modalidade de contribuição variável.

O plano PBDC encontra-se fechado para novas adesões desde 27 de janeiro de 2011 e seu estágio atual é de maturidade. O caráter previdenciário do plano objetiva conceder aos participantes uma suplementação vitalícia de um benefício básico previdencial, sendo prevista a concessão dos seguintes benefícios:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço (ou contribuição), inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por velhice (idade);
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de auxílio-doença;
- Suplementação de pensão;
- Suplementação de abono anual.

Em relação ao MoedaPrev, a CIFRÃO instituiu o plano em 02 de setembro de 2010, no modelo de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é o de assegurar uma renda na inatividade como contra partida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência complementar fechada, reportadas ao órgão de fiscalização.

Neste relatório, somente está avaliado o Plano de Benefício Definido mantido pela Entidade.

b) Plano de Assistência Médica

A CMB também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano também foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego.

16.2 – Análise da obrigação atuarial

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normalizadores nacionais.

Em 31.12.2013, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 457.808.780. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 232.543.788, revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 225.264.992. De acordo com a regra 58, do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33, do déficit total apurado cabe à CMB o montante de R\$ 85.482.188, já líquido também do Contrato de Dívida mantido junto à CIFRÃO

A ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado para calcular a estimativa das obrigações de longo prazo. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

16.2.1 – Conciliação da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano

Valores em R\$	Projeção 31/12/2014	31/12/2013
Obrigações no início do Exercício	457.808.780	0
Custo do Serviço	10.540.497	0
Custo dos Juros	56.375.101	0
Avaliação Inicial	0	457.808.780
(Ganhos)/Perdas Atuariais	0	0
(-) Benefícios Pagos	(27.415.100)	0
Obrigações no final do Exercício	497.309.278	457.808.780

Valores em R\$	Projeção 31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros no Início do Exercício	232.543.788	0
Custo dos Juros sobre Investimentos	28.635.710	0
Contribuições Patronais	7.034.302	0
Contribuições Participantes	7.038.501	0
(-) Benefícios Pagos	(27.415.100)	0
Ganhos/(Perdas) Financeiras	0	0
Ativos Financeiros no Final do Exercício	247.837.201	232.543.788
(Déficit)/Superávit apurado	(249.472.077)	(225.264.992)
Aplicação da Regra 58 – IASB (paridade contributiva)	124.736.039	112.632.496
Contrato de dívida contratado e já registrado (*)	23.552.280	27.150.308
(Déficit)/Superávit ao final do Exercício	(101.183.758)	(85.482.188)

(*) A CMB assinou, em 12 de dezembro de 2000, contrato de Reconhecimento e Parcelamento do Pagamento do Déficit Atuarial Residual da CIFRÃO, no valor de R\$27.884.027,89 (vinte e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, vinte e sete reais e oitenta e nove centavos), referenciado a 30 de junho de 2000. A amortização dessa obrigação iniciou-se a partir de janeiro de 2001, mediante o pagamento de 216 prestações mensais, no valor de R\$ 208.921,14 (duzentos e oito mil, novecentos e vinte e um reais e quatorze centavos), atualizadas pelo INPC mais juros de 6% ao ano.

O valor atualizado da obrigação do Déficit Atuarial Residual da CIFRÃO, registrado em 31 de dezembro de 2013, totaliza R\$27.150.307,85, sendo que R\$6.595.196,23 vencerem no exercício de 2014.

16.3 – Montantes reconhecidos na demonstração de Resultados e no Patrimônio Líquido

Despesa a ser reconhecida em 2014		Em R\$
Saldos		
Custo do Serviço Projetado		10.540.407
Custo dos Juros (líquido)		27.739.391
(-) Contribuições Patrocinadora		(7.034.302)
Total		31.245.496

Outros Resultados Abrangentes – ORA		Em R\$
Saldos		
Reconhecimento no Início do Exercício		0
Reconhecimento Inicial		85.482.188
Saldo ao final do exercício		85.482.188

16.4 – Reconciliação do Passivo Líquido:

Valores em R\$	31/12/2013
Obrigações Líquidas no início do Exercício	30.017.960
Custo do Serviço Líquido	0
Custo Líquido dos Juros	0
Ajuste da Dívida Contratada	(2.867.652)
Reconhecimento do Passivo do Exercício	85.482.188
Obrigações Líquidas no final do Exercício	112.632.496

16.5 – Valor justo dos ativos do plano

Ativos Financeiros CIFRÃO – 31/12/2013		(em R\$)
Fundos de Investimento		209.480.176
Investimentos Imobiliários		11.499.925
Empréstimos e Financiamentos		11.527.265
Disponível		42.862
(-) Passivo de Investimentos		(6.440)
Ativo Líquido		232.543.788

16.6 – Premissas adotadas

16.6.1 – Taxa de Juros de Longo Prazo

Até o final do exercício de 2011, a taxa de juros de longo prazo era definida pela empresa Patrocinadora, de acordo com os prazos médios de sobrevida dos beneficiários e com as rentabilidades oferecidas pela carteira de ativos financeiros, quando identificada, e com os títulos de longo prazo do governo brasileiro. A partir do exercício de 2012, essa taxa foi adaptada à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos do fluxo das obrigações de cada programa de benefícios. As normas nacionais e internacionais não fixam uma metodologia padrão para a definição da taxa de desconto, mas recomendam que seja adotada aquela que melhor aproxime as taxas em oferta ao fluxo de pagamento das obrigações. Muitas vezes opta-se pelo método simplificado do Duration do plano, mas no caso da CMB a extensão do fluxo permite uma melhor apuração através da ponderação com as taxas de cada vencimento. A taxa adotada não encontra similaridade na prática atuarial dos respectivos planos de custeio dos programas, que segue critérios e normas específicas do segmento da previdência complementar brasileira, por isso resultando em avaliações desiguais.

Ano	Fluxo Total de Pagamentos	Taxa indicativa
31/12/2014	27.415.100,34	1,037
31/12/2015	28.863.778,27	1,042
30/12/2016	30.054.939,01	1,054
31/12/2017	31.076.907,95	1,0573
31/12/2018	31.417.378,16	1,0601
31/12/2019	32.050.786,54	1,0601
30/12/2020	32.300.053,42	1,0623
31/12/2021	32.480.429,51	1,0623
31/12/2022	32.828.141,22	1,0634
31/12/2023	33.181.069,38	1,0635
30/12/2024	33.568.894,08	1,0635
31/12/2025	33.565.548,82	1,0635
31/12/2026	33.137.219,64	1,0635
31/12/2027	32.968.294,78	1,0635
30/12/2028	32.048.954,09	1,0635
31/12/2029	31.294.445,00	1,0635
31/12/2030	29.757.233,93	1,0647
31/12/2031	29.244.346,01	1,0647
30/12/2032	28.809.200,41	1,0647

16.6.2 – Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento) para 2014, conforme indicação do Banco Central do Brasil.

16.6.3 – Taxa Real de Crescimento Salarial

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de reajuste salarial da patrocinadora, bem como pela análise das taxas utilizadas pelo mercado, principalmente por empresas estatais patrocinadoras de planos de previdência, o que resultou em uma taxa anual de 3,5%.

16.6.4 – Taxa de Rotatividade

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

16.6.5 – Tábuas Biométricas

As massas populacionais vinculadas aos programas de benefícios pós-emprego da CMB são qualificadas, com padrões de vida superiores à média dos brasileiros, quer em função de sua situação financeira, quer pela distribuição geográfica em regiões mais desenvolvidas. Isso remete à observação de longevidade compatível com tábuas biométricas mais recentes, tendo se optado pelo uso da Tábua de Mortalidade e Sobrevida AT-2000, considerada adequada nas circunstâncias. Quanto às tábuas de inválidos, optou-se pela adoção da Tábua Light Forte nas entradas e a tábua Winklevoss para as projeções de sobrevivência e morte.

16.6.6 – Fatores de Capacidade de Salários e de Benefícios

No programa de previdência privada, considerando a inflação anual projetada de 5,8% e seu efeito sobre salários e benefícios, esses fatores foram determinados em 0,97.

16.6.7 – Projeções de Vínculos Futuros

Para efeito de estimativa de vínculos e características etárias futuras, os padrões adotados foram:

- Servidores com cônjuges no período pós-emprego: 95%
- Diferença de idade entre servidores e cônjuges: 4 anos a mais para homens.

16.7 – Base de dados utilizada

Para a realização desta avaliação, a CMB repassou à ASSISTANTS os dados relativos aos diversos programas, na data-base de 31/10/2013, destacando-se:

- Cadastro dos participantes ativos do programa previdenciário;
- Cadastro de participantes já em gozo de benefícios;
- O valor da carteira de ativos financeiros dos programas;
- Balancete da CIFRÃO, na data-base de 31/12/2013.

Estatísticas	Ativos	Inativos - Aposentadorias	Inativos - Pensionistas	Auxílio-Doença
Idade Média Ativos (anos)	55,99	66,41	73,63	54,99
Serviço Creditado Médio (anos)	31,14	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Salário Médio (R\$)	7.331,81	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Benefício Médio (R\$)	Não se aplica	1.689,67	1.328,97	840,92
Idade Média na Aposentadoria (anos)	57,05	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Quantidade de Mulheres	153	194	215	1
Quantidade de Homens	377	365	18	9
Total de Participantes Ativos	530	559	233	10

A ASSISTANTS não identificou desvios na base de dados que pudessem representar riscos aos resultados da avaliação dos programas, e ressalta a consistência desses dados quando analisados em séries plurianuais.

16.8 – Análise de Sensibilidade

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial.

Sensibilidade da Taxa de Desconto sobre a Obrigação

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	457.808.781	0,00%
Aumento (1%)	421.646.932	-7,90%
Redução (1%)	500.168.087	9,25%

Sensibilidade da Taxa de Crescimento Salarial sobre a Obrigação

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	457.808.781	0,00%
Aumento (1%)	466.967.423	2,00%
Redução (1%)	449.321.916	-1,85%

16.9 – Limites e Extensão dos Resultados

O escopo dos trabalhos da ASSISTANTS não incluiu a revisão de controles internos e de procedimentos quanto às bases de dados apresentadas, assim como tarefas incumbidas a auditores independentes contratados diretamente pela CMB e pela CIFRÃO. À vista dos dados trazidos ao seu conhecimento, assim como através dos relatórios anteriores emitidos para as mesmas finalidades e, exceto quanto a fatos ou efeitos que tenham ocorrido durante o exercício findo e não lhe tenham sido comunicados, a ASSISTANTS considera razoáveis essas bases de dados para justificar os resultados obtidos.

Assim, tais resultados, exceto quanto às limitações de escopo acima citadas, refletem com propriedade os passivos de longo prazo assumidos pela Casa da Moeda do Brasil com os programas avaliados e seus respectivos tratamentos contábeis.

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

NOTA 18 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A CMB utilizou a modalidade de Juros sobre Capital Próprio para distribuição de dividendos (NOTA 9). O valor utilizado foi excluído da base de cálculo da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSL, gerando um prejuízo fiscal, não sendo constituídas as Provisões dessas duas rubricas nos exercícios de 2012 e 2013.

NOTA 19 – PASEP E COFINS SOBRE FATURAMENTO

No exercício de 2011 foi considerado o faturamento do Banco Central como integrante da base de cálculo do PASEP e COFINS a recolher. A partir de 2012 esta receita passou a não ser mais considerada na base de cálculo em atendimento ao item I do §3º do art.1º da Lei nº 10.833 de dezembro de 2003. Assim, o valor a recolher em 2012 ficou a menor nestas duas rubricas.

O valor do faturamento BACEN incluído na base de cálculo até 2011 será objeto de processo de recuperação de crédito da CMB junto à RFB, conforme previsto na legislação tributária.

NOTA 20 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 a CMB e com base na análise da ASSISTANTS registrou o montante de R\$ 85.482.188,00 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais) como Outros Resultados Abrangentes referente ao déficit apurado na CIFRÃO. Valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com a regra 58 do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 apresentado no item 16.2.

NOTA 21 – EVENTO SUBSEQUENTE

A Medida Provisória nº 627/2013 pôs fim ao regime tributário de transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941 de 2009, objetivando a neutralidade fiscal frente à adoção pela legislação brasileira dos padrões internacionais de contabilidade realizados através da Lei nº 11.638, de 2007.

O artigo 71 desta Medida Provisória faculta ao contribuinte a opção de aplicação de tais dispositivos, que dependem de regulamentação da Receita Federal do Brasil sobre a forma, o prazo e as condições de opção, a partir de 1º de janeiro deste ano.

Sendo assim, os efeitos das novas regras, em sendo aplicadas no exercício de 2014, somente poderão ser avaliadas a partir de 1º de janeiro de 2015.

Consequentemente, por ainda se tratar de Medida Provisória, a CMB iniciará estudos quanto aos impactos provocados por tais mudanças e ainda seus respectivos futuros efeitos.

NOTA 22 – PARTES RELACIONADAS

Com fundamento nas disposições estabelecidas nos parágrafos segundo e terceiro da Cláusula décima segunda do Contrato BACEN/MECIR - 50077/2013, firmado em 31/01/2013 e com vigência até 31/12/2013, os preços finais unitários das moedas metálicas prevê a revisão, tão logo fossem fornecidos os discos metálicos, com os preços fixados com base na contratação efetiva, apurados conforme Pregão Internacional instituído pela Casa da Moeda do Brasil, devendo, esses valores,

serem considerados para cálculo dos valores finais de custos de discos metálicos do referido Contrato. Na eventual diferença em favor do BACEN, o ressarcimento se dará mediante concessão de desconto comercial da diferença apurada.

No decorrer do exercício de 2013, após conhecimento do resultado do pregão presencial internacional CMB nº 23/2012, em que os vencedores do certame, três fornecedores internacionais e dois fornecedores nacionais, com lotes e denominações diversas, impossibilitaram a aferição de um valor médio unitário principalmente em razão das variações cambiais ao longo do período de fornecimento durante o exercício anual, que permitisse a alteração da tabela de preços de moedas metálicas para 2013, elaborada com base em preços estimados de discos metálicos, extraídos de pesquisa de preços de referência, que antecedeu ao referido pregão internacional.

Em 2014, será apurado o custo médio unitário real dos diversos lotes de discos metálicos fornecidos e comparados com os custos médios unitários estimados, constantes da tabela de preços de moedas metálicas de 2013.

A diferença total apurada, em favor do BACEN, será ressarcida na forma de Desconto Comercial, no faturamento de 2014, conforme previsto no parágrafo terceiro da cláusula décima segunda do contrato BACEN/MECIR - 50077/2013, mediante celebração de instrumento específico entre as partes.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2013.

FRANCISCO DE ASSIS LEME FRANCO

PRESIDENTE

CPF Nº 469.676.807-49

DANIEL AUGUSTO BORGES DA COSTA

DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CPF Nº 884.753.604-91

LARA CARACCILO AMORELLI

DIRETORA VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO

CPF Nº 973.066.737-34

MARCONE DA SILVA LEAL

DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE TECNOLOGIA

CPF Nº 073.527.027-92

FÁBIO BOLLMANN

DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE PRODUÇÃO

CPF Nº 013.002.327-22

MARCOS PAULO MARTINS DOS SANTOS

CONTADOR

CPF Nº 042.969.697-30

C.R.C. RJ Nº 089.901/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da

CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido em 24/03/2014, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar as “Demonstrações Contábeis – Exercício 2013”, na forma do Voto/CA/CMB nº 013/14, de 24.03.2014 e Ata da 2ª Reunião Extraordinária Conjunta.

Esteves Pedro Colnago Junior
Presidente

Francisco de Assis Leme Franco
Membro – Nato

Altamir Lopes
Conselheiro

Luiz Gonzaga Baião
Conselheiro

João Carlos Perez de Almeida
Conselheiro

Ênfase

Chamamos a atenção quanto ao fato de que a CMB tem reconhecido no Ativo Não Circulante, Créditos a Receber que estão sendo discutidos judicialmente, R\$ 36.988 mil em 31/12/2013, que no entendimento do departamento jurídico da CMB é praticamente certa a entrada de recursos financeiros futuramente, no entanto, não há constituição de provisão para perdas que envolva esses valores.

Outros Assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reflexos MP 627/2013

A CMB divulga na nota 21 que os reflexos da MP 627 somente poderão ser conhecidos em 2015, haja vista, se a opção se der no exercício de 2014.

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2012, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 28 de fevereiro de 2013, sem modificação na opinião, e com ênfase quanto ao não reconhecimento por parte da CMB do déficit atuarial para com a CIFRÃO.

Rio de Janeiro, RJ, 26 de março de 2014.

MACIEL AUDITORES S/S EPP

CRC/RS 5.460/O-0 - “S” – RJ

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

Contador CRC/RS 71.505/O – 3 - “S” – RJ

Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO

Contadora CRC/RS 65.932/O – 7 – “S” – RJ

Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CASA DA MOEDA DO BRASIL – CMB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, tomando por base o Parecer da Auditoria Interna, sem ressalvas, de 21 de março de 2014, e o Relatório da empresa de auditoria independente MACIEL AUDITORES S/S, de 26 de março de 2014.

Tomou, ainda, conhecimento da proposta de Orçamento de Capital e da seguinte proposta de Destinação do Resultado:

Lucro Líquido do Exercício de 2013	R\$ 783.640.528,67
Reserva Legal Constituída	R\$ 39.182.026,43
Base de Cálculo para os Dividendos	R\$ 744.458.502,25
Resultado Atribuído à União (38%)	R\$ 284.383.147,86
Reserva para Investimento	R\$ 460.075.354,39

Assim sendo, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CMB.

Adicionalmente, também por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à aprovação das propostas de Destinação de Resultados do Exercício de 2013 e de Orçamentos de Capital para 2014.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2014.

Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior
Presidente

Maurício Cardoso Oliva
Conselheiro

Vinícius Mendonça Neiva
Conselheiro